



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3108/2022

Área Requisitante / Técnica	Gerência Administrativa e de Logística Operacional – Projetos de Engenharia (GEAD/APE)
Área De Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante/Técnico	Patrícia Vitorino Donha, matrícula 941
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	Serviço Comum de Engenharia (contrato por escopo)
-------------------------	---

1. OBJETO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo tratar da contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para desenvolvimento de projetos básicos e executivos, visando a adequação de leiaute do auditório (8º andar) e do 3º pavimento do edifício Sede do COREN-SP.

1.2. Trata-se de **serviço comum de engenharia**¹, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

1.3. A presente contratação adotará, como regime de execução, a **empreitada por preço global**, com pagamento por medições, conforme etapas e itens listados em Cronograma Físico-Financeiro.

1.3.1. Sobre o modo de contratação, entende-se que a empreitada por preço global é o modelo mais adequado para o caso em tela, haja vista que o orçamento de referência para a licitação foi elaborado após o detalhamento de especificações técnicas em itens e quantidades e respectivos levantamentos de custos para cada item. Da Contratada, desta forma, espera-se que inclua em sua proposta todos os valores e itens necessários à execução global do ajuste a ser firmado.

1.4. O código CATSER correspondente ao objeto deste ETP é o de número 20060 – Elaboração / análise projeto – engenharia.

2. ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação é necessária pelos motivos elencados abaixo:

2.1.1. Terceiro Pavimento - Local atualmente destinado para diversos setores administrativos. O local passará por adequação de leiaute (sem demolição ou ampliação da estrutura), de modo a atender as necessidades do setor Educação (espaço destinado à promoção e melhoria da qualidade da assistência de enfermagem, que desenvolve atividades gratuitas de aprimoramento profissional). O local deverá ser estruturado com sala de aula e laboratórios de simulação de alta tecnologia. Neste espaço, serão realizados palestras, cursos, aulas, oficinas e treinamentos, além de visitas monitoradas que possibilitarão ao profissional conhecer o local e os recursos.

¹ Vide Parecer da Área Técnica, APE, sob ID 58237 do PA 3108/2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.1.2. Oitavo Pavimento - Modernização dos espaços de eventos (sem demolição ou ampliação da estrutura). Neste espaço, que também é destinado à promoção e melhoria da qualidade da assistência de enfermagem, que desenvolve atividades gratuitas de aprimoramento profissional, além de atuar com a promoção de eventos internos voltados para os funcionários e para os profissionais de Enfermagem. O local deverá ser estruturado com iluminação adequada, troca do carpete, modernização das tomadas de energia, melhor aproveitamento dos espaços e substituição do rodapé de madeira do hall, e pintura das salas.

3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

3.1. A contratação encontra-se alinhada com o Planejamento da Assessoria de Projetos de Engenharia do Coren-SP (GEAD/APE), encontrando previsão para contratação no orçamento do exercício de 2022. Há previsão dessas mudanças junto ao planejamento estratégico da GEAD/APE e do Coren-SP Educação.

4. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

4.1. Cabendo, a princípio, observar que o Coren-SP se encontra em fase de realização de estudos internos e capacitação de pessoal para a implantação da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação deverá seguir o rito da Lei nº 8.666/1993 e legislação que a acompanha.

4.2. Isto posto, além da legislação e instruções relacionadas à generalidade das contratações públicas e outras que, por ventura, não tenham sido citadas, a contratação deverá atender aos normativos específicos relacionados à contratação de serviços e obras de engenharia, inclusive aquelas que tratam que critérios de sustentabilidade, bem como Normas Técnicas Brasileiras aplicáveis ao escopo da Contratação, relacionadas às técnicas construtivas e descrição de materiais a serem utilizados.

4.3. Abaixo, segue relação não exaustiva de normativos examinados pela área técnica, APE, quando da elaboração do projeto que servirá de base para a execução dos serviços:

4.3.1. Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

4.3.2. Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, que trata da definição de BDI para serviços de engenharia;

4.3.3. IN SLTI/MPDG nº 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.3.4. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (3º Ed. Abr/2020);

4.3.5. NBR 6492:1994 – Representação de projetos de Arquitetura

4.3.6. NBR 13532:1995 – Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura

4.3.7. NBR 16.280:2015 – Reforma em Edificações

4.3.8. NBR 13534, que versa sobre Instalações Elétricas em Ambientes Assistenciais de Saúde, bem como as demais normas pertinentes;

4.3.9. ABNT NBR 9050:2020 que trata da Acessibilidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

5.1.1.1. A empresa contratada deverá possuir capacidade operacional e técnica para executar o objeto da contratação, comprovando-o por meio da apresentação de documentação de habilitação técnica e de comprovação de capacidade técnico-operacional;

5.1.1.2. A empresa Contratada deverá atender a todos os requisitos normativos e de segurança relacionados aos serviços do objeto de contratação, responsabilizando-se integralmente pelos serviços executados;

5.1.1.3. A empresa Contratada deverá dimensionar todos os custos do objeto da contratação, informando-os corretamente na proposta comercial, de forma que será integralmente responsável pelo atendimento do escopo do objeto da licitação;

5.1.1.4. Os projetos a serem elaborados deverão obedecer a legislação específica, para cada modalidade empregada, segundo às normas técnicas vigentes da ABNT e deverão apresentar um conjunto de informações técnicas necessárias e suficientes para a realização do empreendimento, contendo de forma clara, precisa e completa todas as especificações e detalhes construtivos para a perfeita execução dos projetos contratados.

5.1.1.5. Os documentos necessários ao acompanhamento da presente execução contratual, a serem apresentados pela Contratada, quando não juntamente a ela elaborados, deverão ser entregues nos seguintes prazos:

Até 10 (dez) dias corridos a contar do início da vigência:

5.1.1.5.1. Visto ao registro de pessoa jurídica no CREA-SP ou CAU/SP específico para execução de obras e serviços de engenharia, no caso de a Contratada possuir domicílio fora do Estado de São Paulo, conforme Resolução Confea nº 413/1997, Art. 1º I;

5.1.1.5.2. ART emitida pelo CREA-SP ou RRT emitida pelo CAU-SP específica para esta execução contratual (com validade comprovável / verificável no próprio documento ou com o respectivo comprovante de quitação);

Até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do Contrato:

5.1.1.5.3. Apresentação da garantia contratual, na forma e condições discriminadas no neste Termo de Referência.

5.1.1.6. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem/ capacitação e atualização quando for o caso;

5.1.1.7. As funções dos prestadores de serviços serão elencadas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10/ 10/ 2002.

5.2. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

5.2.1. Tratando-se da contratação de serviços intelectuais, não foram observados pela EPC critérios ou práticas de sustentabilidade diretamente vinculados com o objeto de estudos deste ETP. Porém, exigir-se-á da Contratada que os projetos que venham a ser elaborados prevejam itens relacionados à sustentabilidade ambiental, conforme previstos na Instrução Normativa nº 1 do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, de 19/01/2010, sempre que a situação exigir, bem como de acordo com os itens a seguir:

5.2.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

5.2.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização/economia no consumo de energia e água;

5.2.1.3. Treinamento/capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

5.2.1.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos em suas atividades; e

5.2.1.5. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

5.2.2. A Contratada deverá seguir normas estaduais ou municipais referentes ao tema, caso existam.

5.3. Natureza Continuada (ou não) do Serviço

5.3.1. Trata-se de contratação por escopo, não contínua, devendo a contratada realizar a execução dos serviços contratados dentro de um período predeterminado pela Administração.

5.4. Duração Inicial do Contrato

5.4.1. A duração do contrato deverá estar atrelada ao tempo necessário para execução dos serviços contratados, conforme Cronograma de Execução, bem como para atividades relacionadas à verificação do cumprimento das obrigações da Contratada.

5.4.2. Tratando-se de serviço não contínuo, a ser contratado por escopo, não será possível prorrogação contratual sob a hipótese prevista no art. 57, II da Lei nº 8.666, de 1993, limitando-se a prorrogação à ocorrência de algum dos motivos elencados nas alíneas do §1º do art. 57, ou do § 5º do art. 79 do mesmo diploma legal.

5.4.3. Cabe destacar que, conforme cronograma de execução, após a aprovação dos projetos, haverá a previsão de intervalo para a Contratante realizar o procedimento licitatório da execução dos projetos, retornando as ações da Contratada quando do início das intervenções executivas.

5.5. Transição Contratual

5.5.1. Não se aplica para o objeto da contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Tratando-se de demandas não contempladas no escopo de serviços do atual contrato de manutenção predial da Sede, decorrente do PE nº 24/2021 (PA 3381/2020), a contratação de serviços da natureza do objeto de estudos deste ETP deverá ocorrer junto a empresas especializadas de engenharia (ou arquitetura), que detêm expertise e competência legal para executá-los, a partir de memorial descritivo e projeto básico de engenharia elaborado pela Assessoria de Projetos de Engenharia do Coren-SP.

6.2. Em relação à pesquisa de estimativa de preços, realizada de acordo com as determinações normativas que tratam do tema, a saber, do Decreto nº 7.983, de 2013 e Acórdão 2622/2013- Plenário do TCU.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo tratar da contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e/ou arquitetura para desenvolvimento de projetos básico e executivo, visando à adequação de leiaute de área destinada ao Coren-SP Educação no edifício Sede do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

8. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

8.1. Para a contratação pretendida, a relação da demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratado é em regime de execução indireta, cujos itens serão descritos nas Especificações Técnicas, Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias (Analítico e Sintético).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Dos Valores Estimados Da Contratação

1.1.1. O custo total estimado da contratação, cujos valores unitários e global deverão ser considerados os máximos aceitáveis na licitação e descritos nas Planilhas Orçamentárias elaboradas pela Assessoria de Projetos de Engenharia, conforme Apenso 1 – Quadro Comparativo de Preços, correspondem a R\$ **R\$ 76.375,42 (setenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos);**

9.2. Da Metodologia do Orçamento Estimativo

9.2.1. Em relação à metodologia para a pesquisa estimativa de preços, a área técnica realizou pesquisa junto a fornecedores especializados, encaminhando Planilhas Orçamentárias elaboradas em conformidade com o Decreto nº 7.983, de 2013.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (SE APLICÁVEL)

10.1. A elaboração dos projetos diversos de engenharia (elétrica, civil, lógica, hidráulica, ventilação, iluminação e etc.), fornecimento de planilhas, memórias de cálculo, memorial descrito e gerenciamento da etapa executiva dos serviços são interdependentes e deverão ser de responsabilidade de uma mesma empresa, não se justificando, para o presente caso o parcelamento da Solução, seja por meio da aquisição de insumos e contratação de serviços separadamente, seja por meio da contratação apartada de cada etapa do projeto. O entendimento em questão é formado a partir das seguintes justificativas:

10.1.1. O fracionamento do objeto implicaria além do procedimento administrativo relacionado à realização de mais de um procedimento licitatório, a um desnecessário aumento da complexidade dos procedimentos de fiscalização contratual, uma vez que caberia à Fiscalização Técnica do Coren-SP promover a interlocução entre as contratadas, exigir a manutenção dos níveis de serviços esperados pela Administração, administrar o calendário de entregas/execuções previstas e operar para redução do risco de ingerência entre executoras/fornecedoras.

10.1.2. O parcelamento do objeto, ainda, poderia provocar significativos riscos ao cronograma de execução dos serviços em si ou em relação ao planejamento da instituição, considerando que não é possível eliminar o risco de ocorrência de licitação deserta ou fracassada para algum item ou grupo de itens.

10.1.3. Finalmente, o parcelamento do objeto, ao reduzir a escala do empreendimento, também reduziria o potencial ganho de escala, considerando que os projetos, nos moldes em que se encontram, licitado por preço global, incentiva os licitantes a, sem restrição de competitividade, ofertar preços mais competitivos, na sessão de licitação. Tratando-se logo, de serviços com



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

grande similaridade nas características e especificações, entende-se que a execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes.

11. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. O acompanhamento qualitativo do objeto contratual se dará mediante a medição dos níveis de serviços do contrato, conforme modelo de IMR a ser inserido como anexo do Termo de Referência.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Unificação dos eventos em um único edifício (ambiente), tornando-o mais prático o atendimento de demandas internas e externas;

12.2. Local de evento e treinamento adequado, respeitando todas as normas técnicas, inclusive as de acessibilidade;

12.3. Local melhor arejado, ventilado e devidamente climatizado. Proporcionando conforto aos profissionais;

12.4. Leiautes dos espaços planejados, organizados, preocupado com a estrutura, iluminação e circulação do ar, gerando melhor conforto a todos que circulam no local.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Não foram encontradas contratações correlatas e/ou interdependentes em relação ao objeto de estudos deste ETP.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

14.1. O Coren-SP, por meio da ação da Assessoria de Projetos de Engenharia, realizará o acompanhamento técnico dos serviços contratados, bem como será responsável por quaisquer providências de ordem técnica para viabilizar a execução do objeto pela empresa a ser selecionada.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

15.1. Não foram observados impactos ambientais diretamente relacionados à contratação em questão que possam ser diretamente mitigados pelas partes. Assim sendo, manter-se-ão exigências relacionadas aos critérios e práticas de sustentabilidade listados no tópico de Requisitos da Contratação deste ETP.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas serão acobertadas dentro do Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.2.44.90.51.002 - Obras Em Andamento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos obtidos neste estudo preliminar realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS que É VIÁVEL** a presente contratação.

DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente **ETP DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação.

São Paulo, 23 de agosto de 2022.

Integrante de Área Requisitante/Técnica	<p>Patricia Vitorino Donha</p> <p>Assinado de forma digital por Patricia Vitorino Donha Dados: 2022.08.23 10:05:36 -03'00'</p> <p>Patrícia Vitorino Donha Assessora de Projetos de Engenharia – APE Engenheira Civil – CREA 5068975898 Matrícula 941</p>
Integrante da Área de Apoio Administrativo	<p>Henrique Pereira Soares Coordenador de Área – GCC/SCC Matrícula 975</p>



**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**

**Anexos do documento ID 65221
(Listagem gerada, automaticamente, pelo sistema)**

	Anexo ID	Tipo	Arquivo
1	43383	Mapa de Riscos	A07 - Mapa de Riscos - APOS NA.pdf (Arquivo ID 368166)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO VII - MAPA DE RISCOS

Pregão Eletrônico ___/___ - Processo Administrativo nº 3101/2022

1. ESCOPO

1.1. A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionado à contratação. Neste aspecto, a análise de riscos é o processo de compreender a natureza e determinar o nível de risco, de modo a subsidiar a avaliação e o tratamento de riscos¹ (ABNT, 2009). A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento².

1.2. No âmbito das contratações públicas, o gerenciamento de riscos tornou-se exigência desde a publicação da IN SLTI/MPDG nº 04/2014, que trata da contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, sendo mantida na IN SEGES/MPDG nº 05/2017, e na IN SGD/ME Nº 01/2019, que veio a substituí-la. Mais recentemente, o Gerenciamento de Riscos sendo considerado um mecanismo de governança obrigatório, encontrou previsão expressa no novo marco de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, sendo regulamentado pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

2. METODOLOGIA EMPREGADA

2.1. Os riscos analisados abaixo acobertam duas dimensões principais, sendo: **a)** Riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação (planejamento da contratação e seleção do fornecedor) e **b)** Riscos de gestão contratual (durante a fase de execução contratual).

2.2. Para cada risco identificado, foi definida uma probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em casos de acontecimentos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de setores responsáveis por cada ação.

2.3. Após a identificação e classificação dos riscos, estes foram submetidos a uma análise qualitativa, aqui realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Tabela 1 – Escala qualitativa de classificação.

2.4. A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

Probabilidade (P)				
15	75	150	225	
10	50	100	150	
5	25	50	75	
		5	10	15
		Impacto (I)		

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR ISO 31000: Gestão de riscos: Princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2009, p 5.

² Ibid., p. 18.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

2.5. O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação do mesmo ou adoção das medidas preventivas, através do uso de controles de segurança. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente os controles de segurança previstos.

2.6. A matriz abaixo ilustra um modelo de gerenciamento dos riscos, classificando o esforço de gerenciamento em função da probabilidade e do impacto causados por riscos, permitindo visualização gráfica de quais riscos, segundo a sua posição gráfica deverão ser gerenciados e monitorados pelos responsáveis, durante as etapas de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual.

IMPACTO	Alto	Considerável esforço de gerenciamento é necessário (75)	Indispensável gerenciar e monitorar riscos (150)	Indispensável extensivo gerenciamento de riscos (225)
	Médio	Riscos podem ser aceitos, com monitoramento (50)	Esforço de gerenciamento é necessário (100)	Esforço de gerenciamento exigido (150)
	Baixo	Aceitar riscos (25)	Aceitar, mas monitorar riscos (50)	Gerenciar e monitorar riscos (75)
		Baixa	Média	Alta
PROBABILIDADE				

Figura 2: Matriz 3 x 3 de Gerenciamento de Riscos

2.7. A avaliação dos riscos permite, então, a tomada prévia de providências em função do aumento de probabilidade e grau de impacto de um eventual risco, promovendo ações preventivas e procedimentos de controle, bem como elaborando ações de contingência e definindo responsáveis.

2.8. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento, que serão desenvolvidas no item 3 – Riscos do Processo de Contratação.

ID	RISCO	ETAPA	P ¹	I ¹	NÍVEL DE RISCO (P x I)
R1	Morosidade na condução do procedimento licitatório / Existência de outras demandas prioritárias de contratações	Planejamento da Contratação	15	15	225
R2	Problemas com a pesquisa de mercado / pesquisa estimativa de preços	Planejamento da Contratação / Seleção do Fornecedor	5	15	75
R3	Ausência de Previsão Orçamentária / Disponibilidade Financeira	Planejamento da Contratação	10	15	150
R4	Suspensão de licitação face impugnações relativas aos Artefatos da Contratação	Planejamento da Contratação / Seleção do Fornecedor	5	15	75
R5	Objeto superestimado (quantidades / escopo superestimado)	Planejamento da Contratação	5	15	75
R6	Divergências textuais nos artefatos da contratação	Planejamento da Contratação / Seleção do Fornecedor	10	10	100



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ID	RISCO	ETAPA	P ¹	I ¹	NÍVEL DE RISCO (P x I)
R7	Não aprovação dos artefatos do Planejamento da contratação	Planejamento da Contratação	5	15	75
R8	Incapacidade da Contratada em executar o contrato	Gestão Contratual - Riscos Gerais	10	15	150
R9	Qualificação técnica e operacional insuficiente dos fiscais setoriais / técnicos do Contrato	Gestão Contratual - Riscos Gerais	10	15	150
R10	Falhas de procedimento durante o processo de acompanhamento da execução contratual	Gestão Contratual - Riscos Gerais	10	15	150

1 – Probabilidade / 2 – Impacto

3. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 1	Morosidade na condução do procedimento licitatório /Existência de outras demandas prioritárias de contratações	
PROBABILIDADE	Alta	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Atraso na efetivação da Contratação	
DANO 2	Término do atual contrato e consequente interrupção do serviço	
DANO 3	Perda dos recursos financeiros programados para liquidação no exercício	
Id	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Elaborar e acompanhar o PACC (Plano Anual de Compras e Contratações)	GCC / GECONT
2	Encaminhar demandas para abertura de processo de compra/contratação com a antecedência necessária segundo o fluxo interno de contratações	Áreas responsáveis
3	Definir cronograma de trabalho das equipes de planejamento da contratação (com amplo prazo para realização das análises)	GCC
4	Realizar acompanhamento do cumprimento dos prazos processuais, de acordo com o fluxo interno de contratações, identificando intercorrências e propondo sugestões para melhoria de processos	Áreas responsáveis, com o apoio da GCC / Controladoria Geral
5	Realizar reuniões de alinhamento relativo aos processos componentes do PACC	GCC / Diretoria do Coren-SP
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Priorizar processos urgentes, considerando critérios de severidade, tais como vencimentos, cumprimento de obrigações legais e planejamento estratégico	Áreas envolvidas no fluxo interno de contratações
2	Avaliar contratação emergencial / providenciar renovação contratual, se possível	Autoridade Competente, auxiliada pelas áreas responsáveis e GCC

RISCO 2	Problemas com a pesquisa de mercado / pesquisa estimativa de preços	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Atraso na efetivação da contratação	
DANO 2	Contrato superfaturado	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DANO 3	Contrato inexecutável	
DANO 4	Licitação fracassada/deserta	
Id	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Instituição, disseminação e acompanhamento do uso de boas práticas de planejamento das contratações no Coren-SP	GCC / Equipes de Planejamento da Contratação
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Refazer / revalidar a pesquisa de mercado, consultando os fornecedores do ramo, ajustando especificações às soluções disponíveis no mercado/contratadas por outros órgãos da Administração e promovendo os ajustes necessários no Termo de Referência e Anexos	Equipes de Planejamento da Contratação

RISCO 3	Ausência de Previsão Orçamentária / Disponibilidade Financeira	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Não execução da contratação e consequente interrupção do serviço atual	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Realizar planejamento orçamentário prevendo objetivamente as renovações contratuais / novas contratações (PACC), dialogando com as áreas gestoras dos contratos, considerando contratos de natureza continuada e os projetos previstos no Plano Plurianual do período correspondente cronograma de contratações do período aquisitivo, de modo a distribuir as contratações em andamento durante o ano	Comissão Orçamentária / GECONT
2	Realização de verificação prévia, junto à Contabilidade, da previsão orçamentária/ disponibilidade financeira antes da abertura de processos de compra/contratação	Áreas responsáveis / GCC
3	Reserva de Recursos Financeiros	GECONT
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Prover meios para viabilização da contratação	Áreas responsáveis / GECONT

RISCO 4	Suspensão de licitação face impugnações relativas aos Artefatos da Contratação	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Atraso na efetivação da Contratação	
DANO 2	Término do atual contrato e consequente interrupção do serviço	
DANO 3	Perda dos recursos financeiros programados para liquidação no exercício	
Id	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Instituição, disseminação e acompanhamento do uso de boas práticas de planejamento das contratações no Coren-SP	Equipes de Planejamento da Contratação
2	Definir critérios técnicos/de acompanhamento da execução com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle	Equipes de Planejamento da Contratação
3	Verificar teor de impugnações e recursos em contratações similares	Equipes de Planejamento da Contratação
4	Estrita observância às recomendações da Assessoria Jurídica / Controle Interno	Equipes de Planejamento da Contratação



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Revisão crítica dos Artefatos da Contratação, identificando possíveis causas que deram origem às impugnações, promovendo os ajustes necessários antes da continuidade do processo licitatório	Equipes de Planejamento da Contratação, apoiadas pelo Pregoeiro/Agente de Contratação responsável

RISCO 5	Objeto superestimado (quantidades / escopo superestimado)	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Falta de recursos orçamentários para atendimento da demanda (se não for SRP)	
DANO 2	Problemas na execução contratual (se não for SRP)	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Acompanhar o consumo dos contratos vigentes, de modo a estimar adequadamente o objeto / justificar no documento de oficialização da demanda as quantidades solicitadas com base em estudos prévios	Áreas responsáveis
2	Instituição, disseminação e acompanhamento do uso de boas práticas de planejamento das contratações no Coren-SP	GCC
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Realizar reuniões de alinhamento relativo às quantidades solicitadas para contratação	Equipes de Planejamento
2	Refazer / revalidar a pesquisa de mercado, promovendo os ajustes necessários no Termo de Referência e Anexos	Equipes de Planejamento

RISCO 6	Divergências textuais nos artefatos da contratação	
PROBABILIDADE	Médio	
IMPACTO	Médio	
DANO 1	Atraso na efetivação da Contratação	
DANO 2	Pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações ao Edital	
DANO 3	Problemas na execução contratual	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Verificar atentamente a elaboração dos artefatos da contratação, Edital e Anexos, por meio da utilização de <i>checklists</i> e/ou outros instrumentos de controle.	Áreas envolvidas no fluxo de Compras/Contratação
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Refazimento dos artefatos com vistas à correção das falhas detectadas	Áreas envolvidas no fluxo de Compras/Contratação

RISCO 7	Não aprovação dos artefatos do Planejamento da Contratação	
PROBABILIDADE	Baixa	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Atraso no processo de contratação	
DANO 2	Prejuízos à condução temporal de outros processos, provocando potenciais atrasos	
DANO 3	Dano ao erário em caso da condução de processo sem motivação	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Id	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Instituição, disseminação e acompanhamento do uso de boas práticas de planejamento das contratações no Coren-SP	GCC
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Convocação de reunião extraordinária da equipe de planejamento para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo	Equipe de Planejamento
2	Convocação de reunião extraordinária com a Autoridade Competente, a fim de definir os limites de atuação das demais áreas envolvidas no fluxo de compras / contratação, com a finalidade de evitar retrabalhos desnecessários e prejuízos à Administração.	Autoridade Responsável, apoiada pela GCC e áreas responsáveis

GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 8	Incapacidade da Contratada em executar o contrato	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Atraso na prestação do serviço	
DANO 2	Não entrega do serviço	
DANO 3	Entrega com qualidade inferior a exigida	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Definir precisamente exigências relacionadas ao objeto licitatório bem como em relação à qualificação das licitantes	Equipes de Planejamento
3	Prever responsabilidade da Contratada por danos decorrentes da inexecução contratual ou baixa qualidade dos serviços prestados	Equipes de Planejamento
4	Acompanhamento e verificação de qualidade do serviço prestado, com aplicação do IMR / ANS ou de meio substituto para aferição qualitativa do objeto entregue	Equipe de Fiscalização
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Aplicação do IMR / sanções administrativas cabíveis e previstas no Edital em caso de não atendimento das obrigações da Contratada	Equipe de Fiscalização, apoiado pela GCC

RISCO 9	Qualificação técnica e operacional insuficiente dos fiscais setoriais / técnicos do Contrato	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Acompanhamento deficiente da execução contratual	
DANO 2	Entrega com qualidade inferior à exigida	
DANO 3	Prejuízo ao erário, devido não acompanhamento de inexecuções contratuais	
DANO 4	Responsabilização de agentes no exercício de funções para as quais não receberam capacitação por parte da Administração	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Nomear agentes para a equipe de fiscalização capacitados tecnicamente / que possuam experiência com o objeto em questão	Áreas responsáveis
2	Proporcionar capacitação aos agentes para exercício das suas atribuições no âmbito do Coren-SP	Autoridade Competente, apoiada pela GGP



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3	Disponibilizar, por meio de contratação ou outros expedientes, profissionais especializados para exercício das atribuições de fiscalização	Autoridade Competente, apoiada pela GGP
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Alterar composição de membros da Equipe de Fiscalização	Controladoria Geral, apoiada pela GCC e áreas técnicas/requisitantes

RISCO 10	Falhas de procedimento durante o processo de acompanhamento da execução contratual	
PROBABILIDADE	Média	
IMPACTO	Alto	
DANO 1	Acompanhamento deficiente da execução contratual	
DANO 2	Entrega com qualidade inferior à exigida	
DANO 3	Prejuízo ao erário, devido não acompanhamento de inexecuções contratuais	
DANO 4	Responsabilização de agentes no exercício de funções para as quais não receberam capacitação por parte da Administração	
Id	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
1	Nomear agentes para a equipe de fiscalização capacitados tecnicamente/que possuam experiência com o objeto em questão	Áreas responsáveis
2	Proporcionar capacitação aos agentes para exercício das suas atribuições no âmbito do Coren-SP	Autoridade Competente, apoiada pela GGP
3	Disseminação e uso das boas práticas de contratação instituídas no Coren-SP, a exemplo do uso de <i>check-lists</i> e instituição de notificações e aplicação de instrumentos de acompanhamento da execução dos contratos	GCC
4	Disseminação e uso das boas práticas de contratação instituídas no Coren-SP	GCC
Id	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1	Aplicação das sanções cabíveis e previstas no edital em caso de não atendimento das obrigações da Contratada	Gestor Contratual, apoiado pela GCC e Corregedoria
2	Providenciar capacitação de empregados para exercício de atividades de fiscalização/gestão contratual, realizando treinamentos necessários	Autoridade Competente, apoiada por GCC e GGP

Abreviaturas: GCC – Gerência de Compras e Contratos, GGP – Gerência de Gestão de Pessoas, CG – Controladoria Geral, GECONT – Gerência de Contabilidade.

4. APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme arts. 25 a 27 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato na fase de Execução Contratual.

Elaborado por: HPS/GCC – PVD/APE

Atualizado em 19/08/2022.

Patricia
Vitorino
Donha

Assinado de forma
digital por Patricia
Vitorino Donha
Dados: 2022.08.23
13:52:22 -03'00'



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br